



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
 PRSTM/SECIN/COAVO/SEACO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º TRIMESTRE 2018

1.0 - Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição (Portaria Conjunta das Secretarias do Tesouro Nacional - STN e da Secretaria de Orçamento Federal - SOF nº 2/2016 e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 840/2016), a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), consoante a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 510/2016, os dispositivos constantes da Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais normas técnicas aplicáveis. As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União, abaixo relacionadas, e compoem o processo de Contas do Governo a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a Prestação de Contas do Presidente da República na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Unidades Gestoras		Localização
060001	STM	Brasília/DF
060002	8ª CJM	Belém/PA
060003	10ª CJM	Fortaleza/CE
060004	7ª CJM	Recife/PE
060005	6ª CJM	Salvador/BA
060006	4ª CJM	Juiz de Fora/MG
060007	9ª CJM	Campo Grande/MS
060017	5ª CJM	Curitiba/PR
060018	1ª DA 3ª CJM	Porto Alegre/RS
060019	2ª DA 3ª CJM	Bagé/RS
060020	3ª DA 3ª CJM	Santa Maria/RS
060021	12ª CJM	Manaus/AM
060025	Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
060027	Setorial Contábil	Brasília/DF
060028	Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
060029	Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
060030	Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o primeiro trimestre de 2018.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do governo brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das unidades gestoras integrantes desta justiça especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP e MCASP, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF) e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

2.0 Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP que nortearam a elaboração das Notas Explicativas.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- créditos tributários;
- créditos não tributários;
- dívida ativa;
- transferências concedidas;
- empréstimos e financiamentos concedidos;
- adiantamentos e
- valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo de aquisição.

3.0 Composição dos Principais Itens das Demonstrações

3.1 Balanço Patrimonial

Nota 01 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 74.248 mil em 30/06/2018, refere-se aos valores disponíveis para transferências e pagamentos de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 74.048 mil – e depósitos e cauções recebidos – R\$ 200 mil.

Tabela 01 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

R\$ milhares

	30/06/2018	31/12/2017	Varição
Limite de saque com vinculação de pagamento	74.048	51.148	22.900
Demais	200	243	(43)
Total	74.248	51.391	22.857

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 02 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal - DIPES, por meio do Sistema de Recursos Humanos - SRH, utilizado na elaboração da folha de pagamento.

Tabela 02 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição

R\$ milhares

	30/06/2018	31/12/2017	Varição
Adiantamentos concedidos a pessoal	10.202	5.084	5.118
- 13º salário	6.183	2.355	3.828
- 1/3 de férias	3.876	2.118	1.758
- Salários e ordenados	95	611	(516)
Suprimento de fundos	47	-	47
Total	10.202	5.084	5.118

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 03 – Ativo Circulante – Estoques

Em 30/06/2018, a Justiça Militar da União possuía o montante de R\$ 670 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação.

As Unidades Gestoras da Justiça Militar da União, à exceção do Superior Tribunal Militar, não registram em estoque os itens de almoxarifado e material de consumo, tendo em vista sua baixa materialidade, quantidade e relevância comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas diretamente em contas de Variação Patrimonial Diminutiva como consumo imediato. A movimentação do material em estoque no STM é realizada pelo método PEPS.

Nota 04 – Ativo Não Circulante – Imobilizado

A avaliação e a mensuração do ativo imobilizado da JMU tem como base o valor de aquisição ou construção. A inclusão de eventuais gastos adicionais ou complementares não está sendo realizada, pois o

sistema de controle patrimonial (Licimap) não permite a alteração de valor de aquisição do bem no decorrer da sua vida útil.

Em relação aos bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010, não foram realizadas reavaliações e contabilizações dos ajustes ao valor de mercado. Em 2012 foi constituída uma Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial - COPAP, cujos processos de mensuração encontram-se pendentes de homologação, para posterior registro no sistema de patrimônio e respectivos lançamentos contábeis.

Em maio/2017, a Justiça Militar da União formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira – GEAFIN, desenvolvido e de propriedade do TRF-4ª Região, por meio do qual espera-se que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do ativo imobilizado.

A depreciação é calculada pelo método linear (sistema de cotas constantes), e o prazo de vida útil e o valor residual foram estabelecidos de acordo com a seguinte tabela, padronizada pela Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Tabela 03 – Tabela de Depreciação da JMU

Título	Vida útil (anos)	Valor residual (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hospitalares	15	20%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
Máquinas e Equipamentos Industriais	20	10%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	5	10%
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	20	10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	10	10%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
Mobiliário em Geral	10	10%
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
Discotecas e Fimotecas	5	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
Obras de Arte e Peças para Exposição	0	0%
Veículos em Geral	15	10%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Fonte: Macrofunção Siafi 02.03.30.

Nota 05 – Ativo Não Circulante – Bens móveis e depreciação

Em 30/06/2018 a JMU possuía o montante de R\$ 35.429 mil em bens móveis (R\$ 36.095 mil em 31/12/2017), sendo R\$ 56.147 mil relativos ao custo de aquisição (R\$ 54.929 mil em 31/12/2017), dos

quais se deduz o valor de R\$ 20.718 mil relativo à depreciação acumulada (R\$ 18.833 mil em 31/12/2017).

O acréscimo de R\$ 1.219 mil no custo de aquisição de bens móveis refere-se à incorporação/desincorporação dos seguintes itens:

Tabela 04 – Composição da Variação dos Bens Móveis

R\$ milhares

	Acréscimo/(Decréscimo)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	74
Bens de Informática	2.689
Móveis e Utensílios	688
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	153
Veículos	(72)
Bens Móveis em Almoarifado	(2.383)
Demais Bens Móveis	70
Total	1.219

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 06 - Ativo Não Circulante – Bens imóveis e depreciação

Referem-se a bens de uso especial e a obras em andamento, utilizados para a realização das atividades da Justiça Militar da União, bem como imóveis funcionais para utilização por servidores e magistrados, compostos pelos seguintes itens.

Tabela 05 – Bens Imóveis - Composição

R\$ milhares

	30/06/2018	31/12/2017	Varição
Edifícios Registrados no SPIUNET	48.131	48.131	--
Imóveis Residenciais / Comerciais	33.841	34.054	(213)
Obras em Andamento	19.886	19.886	--
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	--
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	--
Estudos e Projetos	1.443	1.443	--
Instalações	843	843	--
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	--
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	85	85	--
Subtotal	108.790	109.003	--
Depreciação Acumulada	(4.214)	(3.424)	(790)
Total	104.576	105.579	(1.003)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

No 1º trimestre de 2018 foi reconhecida a valorização de imóvel de uso especial no SPIUNet, decorrente de reavaliação para fins de alienação de imóvel funcional, no montante de R\$ 357 mil. A alienação desse imóvel foi realizada pelo valor de R\$ 570 mil, o que corresponde ao valor patrimonial acrescido da valorização. Dessa forma, restou a variação negativa de R\$ 213 mil na conta de Imóveis Residenciais/Comerciais, referente ao valor inicial do imóvel.

Nota 07 – Ativo Não Circulante – Intangível

Registra os softwares adquiridos de terceiros, licenças e direitos de uso, bem como aplicativos desenvolvidos internamente, para utilização do Órgão, conforme o Procedimento SIAFI 02.11.30 – Despesas com TI.

A amortização dos itens registrados no Ativo Intangível não está sendo registrada, em virtude da inviabilidade técnica do sistema de controle patrimonial existente no Órgão. Com o objetivo de sanar tal ressalva, a Secretaria de Controle Interno demandou às Diretorias de Tecnologia da Informação (DITIN) e de Administração (DIRAD) a aquisição ou desenvolvimento interno de um sistema de controle patrimonial que permita o controle, acompanhamento e mensuração dos valores dos bens intangíveis passíveis de amortização.

Em maio/2017, a Justiça Militar da União formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira – GEAFIN, desenvolvido e de propriedade do TRF-4ª Região, por meio do qual espera-se que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do intangível.

O acréscimo no valor de R\$ 1.498 mil nos softwares com vida útil definida refere-se, principalmente, aquisição do software ORÇAFASCIO – software para engenharia, pelo período de 12 (doze) meses.

Tabela 06 – Ativo Intangível - Composição

	R\$ milhares		
	31/03/2018	31/12/2017	Varição
Softwares	5.160	5.159	1
- Softwares com vida útil definida	5.144	5.143	1
- Softwares com vida útil indefinida	16	16	--
Marcas, direitos e patentes industriais	227	227	--
Total	5.387	5.386	1

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 08 – Passivo Circulante – Pessoal a pagar

Em 30/06/2018, a Justiça Militar da União possuía o montante de R\$ 17.675 mil em obrigações trabalhistas, referentes à provisão relativa ao duodécimo do décimo terceiro salário (R\$ 15.297) e férias de servidores e magistrados (R\$ 2.378). O sistema de administração de pessoal utilizado pela JMU não está preparado para calcular as provisões da folha de pagamento, sendo sua mensuração e registro mensais efetuados à base de 1/12 da estimativa anual da folha de pessoal do Órgão.

Em maio/2018, a Justiça Militar da União formalizou minuta de termo aditivo ao contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos - SERH, desenvolvido e de propriedade do TRF-4ª Região, por meio do qual espera-se que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da provisão da folha de pagamento.

Nota 09 – Passivo Circulante – Fornecedores e contas a pagar nacionais

Refere-se aos valores a pagar aos credores decorrentes da prestação de serviços e do fornecimento de bens e de materiais.

Tabela 07 - Contas a Pagar Credores Nacionais

	R\$ milhares		
	30/06/2018	31/12/2017	Varição
Fornecedores a Pagar	299	75	224

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 10 – Passivo Circulante – Valores Restituíveis

Em 30/06/2018, o valor de R\$ 352 mil refere-se às apropriações oriundas de retenção de valores devidos a fornecedores e prestadores de serviços, bem como a depósitos e cauções retidos sobre fornecedores por questões contratuais.

Tabela 08 - Passivo Circulante – Demais obrigações a curto prazo – Valores Restituíveis

	R\$ milhares		
	30/06/2018	31/12/2017	Varição
Depósitos Retidos de Fornecedores	122	156	(34)
Depósitos e Cauções Recebidos	200	243	(43)
Outros	30	15	15
Total	352	414	(62)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 11 – Passivo Não Circulante – Outras provisões

O saldo de R\$ 305.655 mil (em 30/06/2018) corresponde a provisões relacionadas às despesas com pessoal a seguir discriminadas, conforme informação oriunda da Diretoria de Pessoal. A atualização do saldo possui periodicidade anual.

Tabela 09 – Outras provisões - Composição

	R\$ milhares	
	30/06/2018	31/12/2017
VPI (13,23%)	219.879	219.879
Complemento PAE	27.403	27.369
VPNI – Quintos	25.622	22.635
Conversão Pecúnia – Licença Especial	20.610	19.183
URV (11,98%)	5.349	5.349
Concessão de Pensão	1.768	1.048
Conversão Pecúnia – Licença Prêmio	1.436	1.335
Outros Passivos	3.588	3.758
TOTAL	305.655	305.655

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 12 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A Justiça Militar da União apresentou, até o segundo trimestre de 2018, resultados acumulados de -R\$ 93.307 mil (-R\$ 104.313 mil em 2017). A variação positiva de R\$ 11.006 mil decorreu principalmente do resultado patrimonial positivo de R\$ 11.037 mil excluído o saldo da conta de ajustes exercícios anteriores (R\$ 31 mil) a que se refere a regularização de saldo em conta de materiais de consumo de exercícios anteriores da Auditoria da 5ª CJM(16 mil), da Auditoria da 6ª CJM (12 mil) e da 2ª da 3ª CJM (2 mil).

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 13 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da JMU no exercício de 2018, acumulado até o 2º trimestre, foi de R\$ 11.037 mil, representando aumento de R\$ 11.878 mil (1.412,5%) em relação ao mesmo período de 2017 (R\$ 841 mil), conforme tabela a seguir.

Tabela 10 – Resultado Patrimonial

R\$ milhares

	2ºTrim/2018	2ºTrim/2017	Variação	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	509.953	480.338	29.615	6,17%
Variações Patrimoniais Diminutivas	(498.916)	(481.179)	(17.737)	3,69%
Resultado Patrimonial do Período	11.037	(841)	11.878	(1.412,5%)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Conforme demonstrado na tabela seguinte, os principais motivos para o aumento do resultado foram os acréscimos nas receitas de exploração e venda de bens, serviços e direitos (R\$ 6.114 mil) e transferências e delegações recebidas (R\$ 23.104 mil), bem como os acréscimos nas despesas de pessoal e encargos (R\$ 3.477 mil), benefícios previdenciários e assistenciais (R\$ 3.306 mil), uso de bens, serviços e consumo de capital fixo (R\$ 3.436 mil) e transferências e delegações concedidas (R\$ 7.029 mil).

Tabela 11 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

R\$

Variações Patrimoniais Aumentativas	2ºTrim/2018	2ºTrim/2017	Variação
Transferências e delegações recebidas	502.545.559,36	479.441.590,09	23.103.969,27
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	6.174.435,78	60.841,82	6.113.593,96
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	407.707,56	-	407.707,56
Contribuições	540.454,62	549.236,31	(8.871,69)
Outras variações patrimoniais aumentativas	284.905,79	286.511,57	(1.605,78)
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	-	72,35	(72,35)
Total	509.953.063,11	480.338.252,14	29.614.810,97
Variações Patrimoniais Diminutivas	2ºTrim/2018	2ºTrim/2017	Variação
Transferências e delegações concedidas	239.535.098,64	232.506.311,52	7.028.787,12
Pessoal e encargos	108.881.852,23	105.405.144,91	3.476.707,32
Benefícios previdenciários e assistenciais	108.068.159,89	104.762.531,05	3.305.628,84
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	41.294.466,01	37.858.287,64	3.436.178,37
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	573.638,71	144.609,27	429.029,44
Tributárias	220.119,79	179.446,72	40.673,07
Outras variações patrimoniais diminutivas	288.823,46	322.774,69	(33.951,23)
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	53.527,41	88,07	53.439,34
Total	498.915.686,14	481.179.193,87	17.736.492,27
Resultado Patrimonial do Período	11.037.376,97	(840.941,73)	11.878.318,70

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 14 - Variação Patrimonial Aumentativa – Contribuições

Referem-se às contribuições destinadas ao custeio de pensões militares, decorrentes de descontos mensais obrigatórios na folha de pagamento de militares cedidos à JMU, à alíquota de 7,5%. Essas contribuições são repassadas ao Ministério da Defesa, órgão do Governo Federal responsável pela direção superior das Forças Armadas, não tendo impacto no resultado patrimonial da JMU.

Nota 15 – Variação Patrimonial Aumentativa – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Os valores relativos ao 2º trimestre de 2018 são oriundos, principalmente, das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário da JMU.

Tabela 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

R\$ milhares

	2º Trim./2018	2º Trim./2017	Variação
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.174	61	6.113

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 16 – Variação Patrimonial Aumentativa – Transferências e Delegações Recebidas

Tabela 13 – Transferências e Delegações Recebidas

R\$ milhares

	2º Trim./2018	2º Trim./2017	Variação
Cota Recebida	259.569	248.069	11.500
Sub Repasse Recebido	237.042	230.757	6.285
Movimentações de VPA	4.100	63	4.037
Transf. Recebidas p/ Pagto de Restos a Pagar	1.777	56	1.721
Doações/Transferências Recebidas	56	1	55
Repasse Recebido	2	496	(494)
Total	502.546	479.442	23.104

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Os valores relativos à Cota Recebida são decorrentes das transferências financeiras realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional para a JMU, para realização das suas atividades. Posteriormente, esses valores são objetos de transferências internas para as diversas Unidades Gestoras da JMU, classificados como Sub Repasse Recebido. Dessa forma, ocorre a duplicidade na informação, pois os valores recebidos como Sub Repasse estão contidos na Cota Recebida pelo Órgão. Os mesmos valores são descritos na Nota 32 – Transferências Financeiras Concedidas

Os valores relativos a Movimentações de VPA referem-se a reclassificações de pagamentos entre notas de empenho de exercícios diferentes.

Nota 17 – Variação Patrimonial Aumentativa – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2018 foi reconhecida a valorização de imóvel de uso especial no Spiunet, decorrente de reavaliação para fins de alienação de imóvel funcional, no montante de R\$ 357 mil.

Foram auferidos ainda ganhos no valor de R\$ 49 mil relativos ao reconhecimento de ativos, em decorrência da incorporação de bens utilizados em reforma de apartamentos funcionais e de bens móveis doados pela Marinha do Brasil.

Nota 18 – Variação Patrimonial Aumentativa – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Referem-se a restituições e indenizações reconhecidas como receitas pela JMU, decorrentes de aplicação de multas, bem como valores devolvidos por servidores por motivos de cessão, redistribuição, alteração do período de férias, posse em cargo inacumulável, óbito, diárias não utilizadas etc.

Nota 19 – Variação Patrimonial Diminutiva – Pessoal e Encargos

O aumento das despesas de Remuneração a Pessoal, composta principalmente pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial, decorreu, principalmente, da implantação parcelada do Plano de Carreira dos servidores do Poder Judiciário da União instituído pela Lei nº 13.317/2016.

O referido aumento causa reflexo também nos benefícios de aposentadorias e reformas, conforme Nota 20 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais, em razão da paridade entre servidores ativos e inativos a que tem direito os servidores empossados até 2004.

Tabela 14 – Pessoal e Encargos

R\$ milhares

	2º Trim./2018	2º Trim./2017	Variação
Remuneração a Pessoal	86.327	83.415	2.912
Encargos Patronais	14.167	13.713	454
Benefícios a Pessoal	8.044	8.277	(233)
Outras VPD – Pessoal e Encargos	344	-	344
Total	108.882	105.405	3.477

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 20 – Variação Patrimonial Diminutiva – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Tabela 15 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

R\$ milhares

	2º Trim./2018	2º Trim./2017	Variação
Aposentadorias e Reformas	68.564	65.509	3.055
Pensões	39.451	39.058	393
Outros Benef. Previdenciários e Assistenciais	53	196	(143)
Total	108.068	104.763	3.305

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 21 – Variação Patrimonial Diminutiva – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Compreende as despesas com manutenção e operação da máquina pública realizadas para o funcionamento da JMU, tais como: serviços administrativos, vigilância, limpeza, água, energia elétrica, diárias, material de consumo, passagens e despesas com hospedagens e locomoção, depreciação de bens móveis e imóveis etc.

Tabela 16 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

R\$ milhares

	2º Trim./2018	2º Trim./2017	Variação
Uso de material de consumo	1.597	1.352	245
Serviços	37.018	33.614	3.404
Depreciação	2.679	2.892	(213)
Total	41.294	37.858	3.436

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 22 – Variação Patrimonial Diminutiva – Transferências e Delegações Concedidas**Tabela 17 – Transferências e Delegações Concedidas**

R\$ milhares

	2º Trim./2018	2º Trim./2017	Variação
Sub Repasse Concedido	237.042	230.757	6.285
Transf. Concedidas p/ Pagto de Restos a Pagar	1.777	-	1.777
Movimento de Saldos Patrimoniais	583	776	(193)
Doações/Transferências Concedidas	128	926	(798)
Repasse Concedido	5	47	(42)
Total	239.535	232.506	7.029

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 23 – Variação Patrimonial Diminutiva – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

No 1º trimestre de 2018 foi realizada a alienação de um imóvel funcional pelo valor de R\$ 570 mil, relativo ao valor patrimonial acrescido da valorização descrita na Nota 06 - Bens Imóveis e Depreciação, e Nota 17 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

3.3 - Balanço Orçamentário**Nota 24 - Previsão Inicial e Dotação Inicial**

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da Justiça Militar da União apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União, sendo assim, evidencia um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União através de descentralização financeira provenientes de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional, o que não é evidenciada no Balanço Orçamentário e sim no Balanço Financeiro.

Tabela 18 – Orçamento Aprovado – Composição

R\$ milhares

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
Receitas Correntes	362	Despesas Correntes	540.919
Receita Patrimonial	129	Pessoal e Encargos Sociais	426.438
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	129	Outras Despesas Correntes	114.480
Receitas de Serviços	4		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4	Despesas de Capital	9.132
Outras Receitas Correntes	229	Investimentos	9.132
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	229	Inversões Financeiras	-
Total das Receitas	362	Total das Despesas	550.051

Fonte: SIAFI 2018

Nota 25 – Receitas Orçamentárias – Previsão x Execução

A maior parte da arrecadação das receitas da Justiça Militar da União do exercício de 2018, até o presente momento, refere-se à arrecadação por meio de GRU de receitas do concurso público realizado pela JMU no exercício corrente.

Até o momento a arrecadação com receita patrimonial com a exploração do patrimônio da JMU perfazem um total de 48% em relação à previsão inicial.

Se comparado o segundo trimestre do exercício de 2017 (216 mil) com o de 2018 (362 mil) constata-se que a previsão inicial de 2018 excede em mais de 59% a previsão inicial de 2017.

Tabela 19 – Previsão e Execução da Receita Orçamentária

R\$ milhares

Receita	2º Trimestre 2018			2º Trimestre 2017		
	Previsão Inicial	Receitas Realizadas	AV %	Previsão Inicial	Receitas Realizadas	AV%
Receitas correntes	362	6.367	100%	216	347	100%
Receita Patrimonial	129	62	0,01	74	59	0,17%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	129	62	0,01	74	59	0,17%
Receitas de Serviços	4	6.112	0,96%	1	1	0,01%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4	6.112	0,96%	1	1	0,01%

Outras Receitas Correntes	229	193	0,03%	141	287	0,82%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	229	193	0,03%	141	287	0,82%
Total das Receitas	362	6.367	100%	216	347	100%

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 26 – Despesas Orçamentárias – Execução

A JMU até o segundo trimestre de 2018 empenhou R\$ 803 mil com despesas de capital e R\$ 261.235 mil com despesas correntes. Destas, 76% (198.616 mil) referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais e 24% (62.618 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades. Dasquelas, apenas 17% foram liquidadas restando um saldo de R\$ 667 mil para serem comprometidas com a formação ou aquisição de um bem de capital.

Das despesas correntes liquidadas 99% foram pagas enquanto que das despesas de capital liquidadas 98% foram pagas.

Se comparado à diferença da dotação atualizada total (550.051 mil) e o saldo da dotação até o momento (288.012 mil) tem-se o valor de R\$ 262.039 mil (48%) que equivale ao valor executado pela JMU até o segundo trimestre do exercício de 2018.

Tabela 20 – Execução da Despesa Orçamentária

R\$ milhares

Despesa	30/06/2018				
	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Despesas Correntes	540.919	261.235	236.644	236.370	279.684
Pessoal e Encargos Sociais	426.438	198.616	197.091	197.076	227.823
Outras Despesas Correntes	114.480	62.619	39.553	39.294	51.861
Despesas de Capital	9.132	804	137	135	8.328
Investimentos	9.132	804	137	135	8.328
Subtotal das Despesas	550.051	262.039	236.781	236.505	288.012
Total	550.051	262.039	236.781	236.505	288.012

Fonte: SIAFI 2018.

Nota 27 – Execução dos Restos a Pagar - Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2017, 65% faz referência a despesas com pessoal (23.017 mil), 31% a outras despesas correntes (10.967 mil) e 4% despesas de capital com investimentos (1.411 mil).

Foram pagos até o segundo trimestre do exercício vigente 30% (10.545 mil) referente aos restos a pagar inscritos do exercício de 2017.

Até o momento 8% (1.756 mil) dos restos a pagar não processados inscritos como pessoal e encargos sociais (23.017 mil) foram liquidados e pagos restando um saldo de R\$ 21.322 mil a ser liquidado e pago até junho de 2019.

Tabela 21 - Restos a Pagar Não processados – Composição 2º Trimestre de 2018

R\$ milhares

Despesa	2º Trimestre de 2018					
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em Dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Orçamentárias						
Despesas Correntes	788	33.984	9.444	9.439	441	24.891
Pessoal e Encargos Sociais	61	23.017	1.800	1.800	-	21.277
Outras Despesas Correntes	727	10.967	7.644	7.639	441	3.614
Despesas de Capital	34	1.411	1.106	1.106	15	324
Investimentos	34	1.411	1.106	1.106	15	324
Subtotal das Despesas	822	35.395	10.550	10.545	456	25.215
Total	822	35.395	10.550	10.545	456	25.215

Fonte: SIAFI 2018

Nota 28 – Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)

No tocante aos restos a pagar processados inscritos em 2017, 88% faz referência outras despesas correntes (109 mil) e 12% ao grupo de despesas - pessoal e encargos sociais (15 mil).

Do saldo de R\$ 166 mil de RPP que ainda precisa ser pago, 79% faz referência à exercícios anteriores e 21% aos inscritos em 2017.

Tabela 22 - Restos a Pagar processados – Composição 2º Trimestre 2018

R\$ milhares

Despesa	2º Trimestre 2018				
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
Despesas Correntes	132	124	83	6	166
Pessoal e Encargos Sociais	-	15	-	-	15
Outras Despesas Correntes	132	109	83	6	151
Despesas De Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	132	124	83	6	166
Total	132	124	83	6	166

Fonte: SIAFI 2018

3.4 – Balanço Financeiro

Nota 29 - Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária

A descentralização de recursos financeiros ocorre através de cota transferida da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), Órgão Central de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para a Setorial Orçamentária e Financeira que está localizada na Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) da Justiça Militar da União, que descentraliza os recursos financeiros, recebidos anteriormente sob a forma de cota da COFIN, às Unidades Gestoras executoras por meio de Sub-repasse.

O grupo Transferências Financeiras Recebidas representam, no período analisado, 85% do total dos ingressos do Balanço Financeiro.

O valor da Cota Recebida da COFIN corresponde à R\$ 259.569 mil sendo que, desse valor recebido, foi repassado as Unidades Gestoras pertencentes à JMU o valor de R\$ 237.042 mil que representa aproximadamente 91% do valor da cota recebida da COFIN/STN.

Observa-se que o valor do sub-repasse recebido no valor de R\$ 237.042 mil já está contabilizado dentro da cota recebida fazendo com que este valor seja duplicado quando evidenciado no Balanço Financeiro através da Nota 16 – Variação Patrimonial Aumentativa – Transferências e Delegações Recebidas

O valor das transferências financeiras descentralizadas da COFIN/STN para a JMU até o segundo trimestre de 2018 é maior em R\$ 11.500 mil, ou seja, 4% se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 23 - Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	Variação
Resultantes da Execução Orçamentária	496.612	478.826	17.786
Cota Recebida	259.569	248.069	11.500
Repasse Recebido	1	0	1
Sub-repasse Recebido	237.042	230.757	6.285
Total	496.612	478.826	17.786

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 30 - Recebimentos Extraorçamentários

Dos recebimentos extraorçamentários que totalizam R\$ 30.515 mil, 83% referem-se à inscrição de restos a pagar não processados do exercício de 2017, 15% a regularização de saldo invertido decorrente de procedimentos de reclassificação de pagamentos de exercícios diferentes e menos de 1% refere-se à inscrição de restos a pagar processados, depósitos restituíveis e arrecadação de outra unidade das quais a JMU é mera repassadora desses valores.

Tabela 24 - Recebimentos Extraorçamentários

R\$ milhares

Recebimentos Extraorçamentários	30/06/2018	30/06/2017	Variação
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	276	289	(13)
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	25.257	23.305	1.952
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	299	127	172
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.683	549	4.134
Total	30.515	24.270	6.245

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 31 – Despesas Orçamentárias

Do total de Despesas Orçamentárias do primeiro trimestre de 2018, 74% são referentes às Despesas Ordinárias, que são de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, e que no caso da JMU estão alocadas em gastos com despesas de pessoal, manutenção e investimentos; 26% representam despesas vinculadas, as quais sua aplicação depende de definição em lei, no caso em pauta referem-se da seguridade social e outras vinculações a órgãos e programas.

As despesas ordinárias do segundo trimestre do exercício vigente tiveram um aumento de R\$ 45.446 mil se comparado à mesma época do exercício anterior. Já as despesas vinculadas do diminuíram em R\$ 35.313 mil se comparado ao segundo trimestre do exercício de 2017.

Tabela 25 – Despesas Orçamentárias

R\$ milhares

Despesas orçamentárias	30/06/2018	30/06/2017	Varição
Ordinárias	194.100	148.654	45.446
Vinculadas	67.938	103.251	(35.313)
Seguridade social (Exceto RGPS)	62.525	98.258	(35.733)
Outros recursos vinculados a Órgãos e Programas	5.412	4.993	419
Total	262.038	251.905	10.133

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 32 – Transferências Financeiras Concedidas

Das Transferências Financeiras Concedidas Resultantes da Execução Orçamentária da JMU o valor de R\$ 237.042 mil corresponde à quantia descentralizada para as unidades gestoras da JMU e R\$ 4 mil de valores repassados para o Comando do Exército através de Termo de Execução Descentralizada - TED.

Dentro do grupo Transferências Financeiras Concedidas independentes de execução orçamentária houve um acréscimo de R\$ 1.585 mil se comparado ao mesmo período do exercício anterior devido à transferência de recursos financeiros de folha de pagamento para pagamento de restos a pagar.

Tabela 26 – Transferências Financeiras Concedidas

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	Varição
Resultantes da Execução Orçamentária	237.046	230.801	6.245
Repasso Concedido	4	47	(43)
Sub-repasso Concedido	237.042	230.757	6.284
Independentes da Execução Orçamentária	2.360	775	1.585
Total	239.406	231.576	7.830

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

3.5 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Nota 33 – Fluxos de Caixa das Atividades das Operações – Receitas Derivadas e Originárias

No período em pauta a receita patrimonial é de 3 mil a maior em relação ao mesmo período de 2017, referente à Taxa de uso de Imóvel.

As receitas derivadas e originárias tem sua maior representatividade financeira no grupo da Receita de Serviços totalizando o valor de R\$ 6.112 mil composto principalmente das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso de ingresso na JMU.

Tabela 27 – Receita Patrimonial e de Serviços – Variação 2018

R\$ milhares

Receitas Derivadas e Originárias	2º Trim/2018	2º Trim/2017	Varição
Receita Patrimonial	62	59	3
Receita de Serviços	6.112	1	6.112

Total	6.174	60	6.114
--------------	--------------	-----------	--------------

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 34 – Transferências Correntes Recebidas – Demais Recebimentos

A variação de R\$ 4.099 mil refere-se a regularização contábil orientada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para a reclassificação das Transferências Recebidas para Execução Orçamentária Intra OFSS de exercícios financeiros distintos.

Tabela 28 – Transferências Correntes Recebidas – Variação 2018

R\$ milhares

Receitas Derivadas e Originárias	2º Trim/2018	2º Trim/2017	AH (%)
Demais Recebimentos	4.099	-	100%
Total	4.099	-	100%

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 35 – Das Atividades de Investimento – Desembolsos

Nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento ocorreu um aumento no desembolso de R\$ 714 mil até o 2º trimestre de 2018 quando comparado ao 2º trimestre de 2017, principalmente, pelos pagamentos efetuados com despesas de capital inscritas em restos a pagar de exercícios anteriores.

Tabela 29 – Aquisição de Ativo não Circulante – Variação 2018

R\$ milhares

Desembolsos	2º Trim/2018	2º Trim/2017	Variação
Aquisição de Ativo Não Circulante	703	345	732
Outros Desembolsos de Investimentos	1	13	(18)
Total	704	358	714

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 36 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 22.857 mil, quando o mesmo período analisado de 2017 foi de R\$ 12.069 mil. Este desempenho é resultante do aumento das receitas de serviços, conforme Nota nº 01.

Brasília, 25 de Julho de 2018

PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA

Supervisor Substituto
Técnico Judiciário

BOLIVAR ALVES DOS SANTOS

Analista Judiciário

ADRIANE BATISTA PACHECO

Militar

JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Analista Judiciário

ÉRICA RAMOS DE ALBUQUERQUE

Supervisora II - SEACO

Contadora Responsável da JMU

1. De acordo.
2. À consideração Superior.

RITA DE CÁSSIA MATOS MARCELLINO DA SILVA

Coordenadora da COAVO

Coordenação de Acompanhamento, Avaliação e Orientação

De acordo.

VALDEMIR REGIS FERREIRA

Secretário de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 25/07/2018, às 16:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA, TÉCNICO JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 25/07/2018, às 16:08 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANE BATISTA PACHECO, MILITAR**, em 25/07/2018, às 16:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BOLIVAR ALVES DOS SANTOS, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 25/07/2018, às 16:25 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DALILA MELO, COORDENADOR(A) DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO, em exercício**, em 25/07/2018, às 17:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 26/07/2018, às 17:07 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1109061** e o código CRC **4954E90F**.



Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF